

Remeiros do Médio São Francisco

Antônio Fernando de Araújo Sá¹

Resenha

NEVES, Zanoni. *Navegantes da integração: os remeiros do Rio São Francisco*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, 296p.

Produto de uma dissertação de mestrado em Antropologia Social, defendida na Universidade de Campinas, em 1991, o livro sobre os remeiros do Médio São Francisco representa uma significativa contribuição de Zanoni Neves para o conhecimento da história daquele trecho do rio São Francisco, especialmente no período que compreende o final do século passado até a década de 1950. Embora o Autor insista, na apresentação do livro, que o texto seja "fundamentalmente descritivo", talvez uma "descrição densa" tal como proposta por Clifford Geertz, o que percebemos é uma tentativa de inserir a vida social dos *moços da barca* (remeiros) dentro da estrutura de classes e o modo de produção predominante no Médio São Francisco, bem como a intenção de resgatar sua resistência cultural, baseando-se, principalmente, em entrevistas com remeiros, mestres e barqueiros, realizadas entre os anos de 1980 e 1986, relatos de viajantes e cronistas desde meados do século XVIII até a década de 1950 e, em menor escala, documentos de arquivos sobre a história da navegação do rio São Francisco.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Mestre em História do Brasil pela Universidade de Brasília.

Ao utilizar como principal instrumental de análise as entrevistas com ex-remeiros e ex-barqueiros, o pesquisador explicita a importância da associação entre a história e a antropologia, na medida em que evidencia a dinâmica interna de aculturações no interior das sociedades ribeirinhas. Contudo, ele não perde de vista a necessidade de inserir sua análise tanto no campo da história social quanto no da história econômica, pois é muito difícil deixar de visualizar as práticas culturais separadas das práticas que envolvem a manutenção das estruturas produtivas da sociedade.

Neste sentido, ao evidenciar a contribuição imediata que a etnologia pode trazer para o estudo da história, Neves descreve tanto a cultura material (técnicas, alimentos, vestuário, etc.), como as festas, os mitos e símbolos ligados ao universo simbólico dos remeiros; enfim, a tradição oral e tudo aquilo tido por "cultura popular".

Nos primeiros capítulos do livro, tendo como temática central "*a história da navegação*", o antropólogo mineiro reconstitui, partindo das crônicas coloniais, as primeiras incursões dos colonizadores nos sertões do Médio São Francisco - missionários, vaqueiros e bandeirantes -, facilitadas pelas boas condições de navegabilidade, mas que enfrentaram a resistência tenaz dos povos indígenas que habitavam a região. Em virtude da necessidade de comunicação entre aldeias, "currais" e missões situados ao longo de sua extensão, canoas indígenas, *ajoujos* e barcas eram os principais meios de transportes nos séculos XVII e XVIII.

Logo nessa parte inicial, Neves constrói sua tese fundamental: questionar as teses recentes acerca do isolamento do Médio São Francisco, após a decadência da mineração, defendidas por Paulo Pardal, Edna Mangabeira Unger e Bernardo Mata Machado. Segundo o Autor, "as duas últimas décadas do século XVII e a primeira metade do século XVIII constituem um período histórico de transformações qualitativas sem precedentes na história do Médio São Francisco. Até 1750, muitos povoados são fundados e o comércio se intensifica sob a influência da economia mineira, sem se perder de vista o vínculo entre o Médio São Francisco, de um lado, e Bahia/Recife, de outro. Na segunda metade do século XVIII, são introduzidas as barcas no transporte de cargas entre povoados" (p. 42). Um dos sintomas evidentes desse desenvolvimento comercial no período foi a instalação da primeira *barca de passagem* no Médio São Francisco no início do século XVIII, entre 1727 e 1731. A barca servia de passagem de um trecho a outro no rio, provavelmente construída na Passagem de Juazeiro(BA).

A integração do Médio São Francisco à sociedade nacional é reiterada por Neves, através dos relatos de viajantes do século XIX, como Richard Burton, James Wells e Saint-Hilaire. Segundo o último viajante, o comércio do sal era praticado intensamente entre Sento Sé, em Pernambuco, e as cidades mineiras de Formigas (atual Montes

Claros), São Romão e Salgado (atual Januária), que, por sua vez, repassavam para as cidades da Província de Goiás, por meio dos tropeiros. Já Burton e Wells revelaram, em seus relatos, a presença de produtos industriais ingleses ao longo do Médio São Francisco, demonstrando uma articulação maior da região com a economia mundial.

O Autor atribui também como um fator importante a integração cultural promovida pelo processo de migrações entre as populações ribeirinhas, através das barcas. Ele cita, como exemplo, o caso dos barqueiros (pequenos proprietários) e pescadores sergipanos, estabelecidos no Médio São Francisco, especialmente em Juazeiro/BA, que produziram mudanças importantes na economia da região nos anos 50, com a introdução de dois traquetes (velas) nas barcas, o que permitia a navegação com vento contrário.

Por último, o antropólogo afirma que “os portos do Médio São Francisco encontravam-se integrados à sociedade nacional, via serviço de telégrafos, desde as primeiras décadas deste século” (p. 108), a partir das informações do engenheiro Agenor Augusto Miranda, que trabalhou na implantação dos telégrafos na região no período de 1906-1930.

Na segunda parte reside, talvez, o trecho mais interessante do livro, pois, apesar da tese do rio São Francisco como fator de integração regional e nacional não ser nenhuma novidade na historiografia brasileira, presente, por exemplo, em obras de João Ribeiro e Euclides da Cunha, incompreensivelmente não mencionadas na bibliografia, a inovação do Autor é a tentativa de resgatar “a carne e o sangue” da vida social ribeirinha: os diversos grupos e categorias sociais interagindo e integrando-se às regiões adjacentes.

Em sua descrição em torno das categorias sociais, Neves elenca uma multiplicidade de profissões que, direta ou indiretamente, estavam envolvidas com os remeiros: pescadores, tropeiros, “carreiros” e “guieiros” (que lidavam com o carro de boi), “vapozeiros” (tripulantes do vapor), canoieiros, carroceiros, ferroviários, camponeses, carpinteiros, marceneiros, serradores, seleiros, louceiras, etc. O coronelismo e as relações de dominação pessoal, determinantes no processo social do Médio São Francisco no período analisado, acabavam por condicionar as formas de organização e resistência dos trabalhadores. Constituídas no mundo rural ao longo de toda a sua história, reproduziam-se no âmbito dos setores urbanos e, inclusive, no interior das barcas. Isso pode ser explicado porque, em uma economia fundamentalmente agrária, os trabalhadores das barcas eram, em sua maioria absoluta, originários do campo. Inclusive, um número significativo deles conciliava o trabalho no rio com o do campo, quando da vazante.

É importante frisar que, em alguns casos, os “coronéis” ou alguém de sua parentela poderia tornar-se barqueiro, como foi o caso

de Wilson Castelo Branco de Remanso (BA), entrevistado pelo Autor. Exemplo da extensão das práticas coronelísticas nas barcas é a presença de "jagunços" no interior das barcas ou a "proteção" dos barqueiros aos remeiros quando da perseguição policial e a discriminação social dos ribeirinhos que, vez por outra, ocasionavam brigas e mesmo mortes. Essas relações pessoais de dominação são alteradas com a chamada Revolução de 1930, pois, apesar de os remeiros continuarem dependentes, objeto de favores e proteção, o papel de braço armado do patrão deixa de existir nas barcas.

Apesar das precárias condições e do excesso de trabalho, o pesquisador aponta que a resistência dos remeiros se deu na esfera pessoal, como as sátiras dos seus versos dos repentistas, ou, quando muito, à ação de pequenos grupos organizados improvisadamente no local de trabalho, como a fuga individual ou coletiva das barcas. Às vezes, ela descambava para a violência, que era proporcional à violência da "discriminação e desqualificação social" imposta pela sociedade ribeirinha. As únicas exceções de resistência organizada dos trabalhadores da região eram os "vapozeiros" e os ferroviários, que, por estabelecerem relações sociais de trabalho basicamente impessoais, puderam se organizar em sindicatos.

Para completar sua pesquisa sobre o mundo dos remeiros do Médio São Francisco, o antropólogo mineiro resgata o universo cultural dos remeiros, tanto em sua esfera profana, quanto sagrada. Após descrever sua cultura material, Neves se debruça sobre o universo mental e religioso da região, evidenciando as diversas formas de manifestações do catolicismo popular: devoção à Bom Jesus da Lapa, a dança de São Gonçalo, o Reisado, a Festa do Divino, as festas juninas, etc. Além dessas festas populares, o Autor elenca as credences, rezas, benzeções, feitiçarias e os mitos como o "Caboclo d'Água", "Minhocão", etc., que compunham a complexa religiosidade popular são-franciscana. As figuras de barca (carrancas), introduzidas na segunda metade do século passado, além de sua função estética, exerciam tanto um papel místico de afastar o Caboclo d'Água ou o Minhocão, quanto de identificação das barcas nas cidades ribeirinhas.

Buscando continuidades, o Autor elenca a herança legada pelos remeiros em dois séculos de trabalho. De um lado, a integração do Médio São Francisco à sociedade nacional e, até mesmo, internacional, seja do ponto de vista econômico, especialmente o comércio das cidades ribeirinhas e adjacências, seja cultural, principalmente a difusão da religiosidade como, por exemplo, os milagres do Bom Jesus da Lapa ou as permanências culturais oriundas das fricções interétnicas do período colonial e que se manifestam ainda na contemporaneidade, como o fato de que a habilidade e o conhecimento das condições de navegabilidade demonstrados pelos índios "foram herdados pelo mestiço são-franciscano que se alugava nas barcas de figura, e, poste-

riormente, nos vapores e barcas motorizadas” (p. 36). O viajante inglês Richard Burton é quem nos informa sobre a importância do rio para o homem ribeirinho: “Todos os homens desta região são mais ou menos ‘anfíbios’: a canoa, como dizem, é o seu cavalo (...)” (p. 116). De acordo com Neves, também podemos afirmar que certamente a desqualificação da profissão de remeiro pelas populações ribeirinhas na primeira metade do século XX provém do preconceito racial, oriundo dos três séculos de escravidão, já que sua maior parte era composta de negros e mestiços.

Por outro lado, como produto da própria integração econômica e cultural da região ribeirinha percebe-se, com o avanço das relações capitalistas no campo na década de 1950, o fim da profissão de remeiros, ocasionada pela introdução das barcas sergipanas, equipadas de motor. Entretanto, o saber acumulado pelos remeiros sobre o rio não desaparece com a categoria dos “moços de barca”. Segundo o Autor, “ao se incorporarem à categoria dos “vapozeiros”, os ex-remeiros transmitiam seus conhecimentos de navegação - incluindo-se aqui o conhecimento dos acidentes fluviais - aos seus companheiros de profissão e à geração que os sucedeu. Assim, *mutatis mutandis*, perpetuou-se até os nossos dias aquele saber secular”(p. 178).

Para finalizar não seria demais afirmar que a etno-história está propiciando uma grande transformação na historiografia brasileira contemporânea, na medida em que possibilita ao historiador romper com concepções arraigadas sobre a documentação e pavimentar o debate sobre a interdisciplinaridade com outras ciências humanas. Talvez a grande contribuição de Neves seja exatamente alertar-nos para a necessidade da ampliação desse diálogo, mas também evidenciar que, apesar da centralidade do rio São Francisco na colonização e ocupação do território brasileiro, ele continua à espera de historiadores, antropólogos e outros pesquisadores que desvendem suas múltiplas facetas na história do Brasil.